**ATA 70º REUNIÃO ORDINÁRIA COMTRAE/SP**

**24 de março de 2022, quinta-feira**

**Participantes:**

**Poder Público:** Zenaida Lauda *(CPMigTD/SMDHC)*, Bryan Sempertegui *(CPMigTD/SMDHC)*, Cássia Liberato, Edilene Magalhães (SMDET), Maurício Troiano *(CPMigTD/SMDHC), Laís Leite (CRAI/SMDHC);*

**Sociedade Civil:** Edmundo Lima (ABVTEX), Federico Fornazieri (CDHIC), Thaynah Gutierrez (Conectas), Victoria Perino Rosa (Repórter Brasil);

**Observadores:** Matheus Ribeiro (Rede de Promoção de Trabalho Decente), Rivas Wilbert (OIM), Lucas Módolo (Comissão de Direitos Humanos da CMSP), Guillermo Rojas (DPU), Camila Zelezoglo (Abit).

Seguem elencados os pontos de pauta.

1. **Informes gerais**

A Sra. Zenaida informou que foi atendido o requerimento feito pelo Sr. Roque Pattusi, representante do CAMI, pela inclusão de seu nome na ata 68.

A Sra. Zenaida relatou ao colegiado que ainda não houve resposta da COETRAE/SP referente ao calendário de reuniões desta comissão.

A Sra. Zenaida apresentou o representante da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo, incorporado como membro observador, o Sr. Lucas Santana Módolo.

O Sr. Lucas apresentou brevemente as atividades realizadas pela Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania.

1. **Aprovação da ata da 69ª reunião ordinária**

A ata da 69º Reunião Ordinária foi aprovada pelo colegiado.

1. **Informe sobre a Renovação ou mudança de mandatos, conforme previsto no Art. 5 do Regimento Interno da COMTRAE/SP;**

A Sra. Zenaida informou que nos próximos dias chegarão as solicitações de nomeação ou mudança dos representantes. Ressaltou, tanto para os membros da sociedade civil quanto para os de órgãos públicos, que a nomeação deve ser de um representante masculino e outro feminino, para cumprir com as condições da paridade de gênero na composição da Comissão.

1. **Informe sobre os grupos de trabalho**

**GT Formação:**

A Sra. Zenaida apresentou ao Colegiado a ”Base de dados sobre as instituições que participam ou teriam interesse na temática de combate ao trabalho escravo".

O Sr. Bryan propôs ao colegiado compartilhar a base por uma semana para revisar e propor sugestões de complementação, via e-mail, antes de ser preenchido pelos membros. O colegiado concordou. Para isso, a Secretaria Executiva compartilhará a base de dados com os membros da COMTRAE. Foi definido pelo Colegiado o dia 20 de abril como primeira data para preenchimento da base de dados pelos membros da COMTRAE.

Posteriormente, a Sra. Zenaida apresentou e colocou para consulta aos membros da Comissão, a ementa provisória do curso sobre combate ao trabalho escravo.

A Sra. Victoria sugeriu buscar formas de definir o público alvo segundo o conteúdo proposto.

A Sra. Cássia ressaltou a importância de contemplar os servidores dos equipamentos básicos de saúde, sobretudo em áreas prioritárias, e abordar temas como o acolhimento.

O Sr. Guilhermo sugeriu considerar também convidar representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT), pois eles contam também com o sistema Pardal.

A Sra. Camila sugeriu que também sejam contemplados como público alvo empresas do setor privado.

A Sra. Cássia também sugeriu disponibilizar informação sobre o fluxo municipal em centros como os CAPs, e reforçar material informativo sobre a não necessidade de documentação para atendimento. Também sugeriu que o curso seja gravado e disponibilizado para todos os servidores.

A Sra. Camila, acompanhando a fala anterior, sugeriu fazer cartazes que contenham informações sobre a não exigência de documentação ou o direito do imigrante a acessar o serviço de saúde.

O Sr. Guilhermo se colocou à disposição para realizar as gestões necessárias para utilização do Auditório da DPU, caso o curso seja feito em modalidade presencial.

Concluído o debate, a Secretária Executiva indicou que compartilhará a proposta de ementa do curso com os membros da COMTRAE para sugestões em relação ao conteúdo do curso e possíveis palestrantes.

1. **Discussão sobre o documento “Acolhimento e seus desafios. Como melhorar esses desafios dentro do fluxo?”**

A Sra. Zenaida apresentou o relatório“Fluxo de atendimento à pessoa submetida e vulnerável ao trabalho escravo no município de São Paulo” elaborado pelo CAMI, o qual descreve a experiência e percalços enfrentados pelo CAMI no acompanhamento de um caso de resgate.

A Sra. Sueli indicou que no caso apresentado se deu uma série de desencontros que não permitiram uma adequada resposta. Indicou que isso reflete a importância de retomar ações para o estabelecimento de um ponto focal no âmbito da Proteção Social Especial da SMADS na COMTRAE. Também indicou a necessidade de intensificar a publicidade do Fluxo Municipal nos equipamentos públicos e serviços.

Após o debate, a Secretária Executiva indicou que entrará em contato com a Sra. Sueli, como representante da SMADS, para iniciar conversações sobre o estabelecimento de um ponto focal da Proteção Especial.

1. **Casos do Fluxo Municipal de Atendimento à Pessoa Vulnerável e/ou Submetida ao Trabalho Escravo (Pauta aberta para casos acompanhados pelos membros da COMTRAE).**

A Sra. Zenaida apresentou o caso das famílias resgatadas que vêm sendo acompanhadas pela Comissão desde setembro de 2020. Narrou que em março de 2021, saiu a sentença favorável expedida pela Juíza de Trabalho, em que foi reconhecida a relação de emprego. No mês de abril foi impugnada a resolução pela empresa demandada. Em outubro de 2021, foi para o Tribunal Regional do Trabalho da 2° Região. Finalmente, em fevereiro deste ano, o Tribunal deliberou pelo reconhecimento da constatação da vigência do vínculo de trabalho e a impossibilidade de caracterizar a situação como terceirização, já que a empresa não conseguiu provar tal circunstância. Também foi aceito pelo tribunal o pagamento antecipado das verbas rescisórias, independente do trânsito em julgado do caso.

Após o resumo, foi deliberado pelo Colegiado o compartilhamento dos documentos referentes ao caso, o que será feito pela Secretaria Executiva.

Sem mais, deu-se por encerrada a reunião.